

Revista anti-moderna, anti-liberal,
anti-democrática, anti-bol-
chevista e anti-bur-
guesa

ORDEM NOVA

Contra-
-revolucionária;
reaccionária; católica;
apostólica e romana; monár-
-quica; intolerante e intransi-
-gente; insolidária com escritores,
jornalistas e quaisquer profissionais
das letras, das artes e da imprensa

ANO 1.º

FEVEREIRO

Fascículo 12

LISBOA

1 9 2 7

ORDEM NOVA

REVISTA MENSAL

Redactores fundadores :

Albano Pereira Dias de Magalhães
Marcello Caetano

Secretário e editor: *J. Fernandes Júnior*

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: *Largo do Directório, 8, 3.º-LISBOA*

Composição e impressão: *Imprensa Beleza—R. da Rosa, 99 a 107—LISBOA*

Propriedade de *José Fernandes Júnior*

SUMÁRIO

Nota mensal	<i>Marcello Caetano</i>
Um ano depois.....	<i>M. C.</i>
Repisando uma ideia	<i>Afonso Domingues</i>
A morte do cacique (conclusão)	<i>César d'Oliveira</i>
Pensamentos, Palavras & Obras:—Um incidente, <i>Albano de Magalhães</i> ; — Instituto de António Sardinha.	



Nota mensal

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Comissão
Central 1.º de Dezembro, hoje Sociedade Histórica da Independência de Portugal:

O abaixo assinado é Director do Instituto de António Sardinha e o único responsável pela ignominiosa acusação que, por instigações de V. Ex.^{aa}, pesa sobre esse Centro de estudos nacionalistas.

De facto, o signatário teve a ousadia inqualificável de, publicamente, romper com o lugar comum de que V. Ex.^{aa} são muito dignos guardiães, num discurso que proferiu no dia 1 de Dezembro de 1926.

Não ignora éle a fealdade do seu crime, antes reconhece que todo o Código Penal se ergue em blóco para o infamar. Trata-se, indubitavelmente, de um crime contra as pessoas, por ter havido atentado contra a imobilidade intelectual de V. Ex.^{aa}; de um crime contra a propriedade, por ter sido lesado um património de banalidade que V. Ex.^{aa} fizeram seu; de um crime contra a segurança do Estado, por existir conjura cavilosa e secreta contra a independência nacional, e, além disso, de um crime contra a ordem e tranquilidade públicas e de uma clara e arrojada provocação, seguida de perniciosos efeitos.

Nestas condições e considerando que é a altura de proporcionar a V. Ex.^{as} uma ocasião de serem coerentes com a tolerância, a liberdade de pensamento e a liberdade de consciência que V. Ex.^{as} prégam e defendem;

considerando que é inadmissível que seja quem fôr tente manifestar por fôrma tão chocante, espírito crítico, saude mental e desassombro;

considerando que é imoral a ofensa ao lugar comum;

considerando que é indecente e atentatório contra a independência nacional o amor à verdade, o espírito desapaixionado e a serenidade no julgamento;

considerando que todo o bom patriota deve odiar rancorosamente a Espanha, sob pena de traição;

considerando que é indispensável e urgente a instituição em Portugal da muralha da China;

e considerando muito mais coisas igualmente consideráveis;

o suplicante requiere a V. Ex.^a para que essa Comissão sempre zelosa da integridade nacional e do bem pátrio, use dos meios legais para o punir por tão nefandos e miseráveis delitos com todo o rigor da lei confessando-se desde já réu contumáz e tredo vilão.

E. R. J.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1927.

Marcello José das Neves Alves Caetano.

Um ano depois...

Com o número 12 aqui presente, encerra-se o primeiro ciclo da existência da *Ordem Nova*. E' com profunda saúde que recordo os entusiasmos e as esperanças com que começámos esta empreza modesta, longo tempo sonhada, realização de uma antiga ideia em que nos encontrámos, eu e Albano de Magalhães.

Em muitas cartas que trocámos fomos projectando a revista: seria qualquer coisa de novo e de audaz, em que procuraríamos pôr mocidade, com a sua licença irreverente e cáustica, com o seu riso claro e a sua força enérgica e decidida. O titulo tinha sido sugerido por Sardinha numa carta que possui Albano de Magalhães: chamar-se-ia *Ordem Nova*, nome significativo a que acrescentariamos um belicoso sub-titulo no género daquelle que Papini e Giuliotti adoptaram nos anúncios do seu formidável «*Dizionario dell'omo salvatico*».

Em Lisboa foram «padrinhos» da revista Pedro Theotónio Pereira e Adriano Pimenta da Gama. Com êles se combinaram planos vários, dêles provieram muitas sugestões e conselhos, ambos ouviram muitos desabafos e muito desânimo e, finalmente, Pedro Theotónio Pereira colaborou comigo no artigo de apresentação. Não podia por mais tempo reter o agradecimento que lhes devo e que a *Ordem Nova* lhes deve. Al-

gumas dedicações vieram depois, igualmente preciosas e da mesma fôrma carinhosas e particularmente gratas: é de justiça, porém, salientar aquelas em virtude das quais foi possível que a revista surgisse assim desempenada, sincera e idealista, demonstrando bem sêr o fructo de uma idade em que a «acção ainda é sonho e o sonho já parece acção».

Julgamos que algum bem fez a *Ordem Nova*. Modestissima embora, dirigida por inexperientes políticos, por despretenciosos escritores, com um público reduzido e um formato mais reduzido ainda, vivendo difficilmente, publicada com atrazo, às vezes mal composta, outras vezes mal impressa, ela teve no entanto a virtude de sempre falar claro — procurando falar verdade. Tentou elevar-se acima do imundo charco em que vivemos, buscou inspirar-se em principios eternos e, quando castigou, não o fez com intuitos de ofender, com propósitos de rebaixar, com designios torpes e pouco sérios: procurava corrigir.

Porém, se nela se maguou alguém, se nela se faltou à caridade cristã e a vivacidade se converteu em injustiça alguma vez, aqui nos penitenciamos por isso, humilhando-nos contrictamente e pedindo perdão.

A *Ordem Nova* suspende neste número a sua publicação. Estamos em vesperras de um renascimento de actividade integralista que provocará, ao que consta, o aparecimento de jornais diários e a intensificação da luta no meio da qual nada poderia a fraqueza da nossa revista de estudantes. Suspendemos, portanto, até que um dia seja necessária a sua ressurreição. Com o caracter que hoje tem ou com outro, a *Ordem Nova* aparecerá nêsse momento clamando, protestando, tentando

acordar adormecidas energías, procurando ferir preconceitos, emendar êrros, castigar vícios, acusar mentiras, vilipendiar crimes, fustigar comodismos, rindo das pretensões de alguns e lastimando a ignomínia de todos. Virá então com mais preocupações de justiça e menos sentimentos de indulgência, com mais agrura e menos bonhomía, mais serenidade e menos idealismo mas sempre com igual entusiasmo e igual amor à verdade. Terão mais experiência os que agora a escreveram — e mais desilusões. Não será começada com as mesmas esperanças mas com um imutável desejo de servir e de cumprir o devêr. Enfim, já não terá a frescura da mocidade — mas há-de ter a firmeza e a decisão da virilidade.

Nesta despedida não quero esquecer os colaboradores da *Ordem Nova*. Primeiro, aquêles que aqui fizeram a sua estreia na publicidade. São dois que eu saiba: Adriano Pimenta da Gama e José Gracías. Vai para êles o meu mais carinhoso agradecimento e o mais estreito abraço de amizade. São dois espíritos superiores e duas almas de eleição cuja camaradagem me enche de satisfação e orgulho.

Depois, os *antigos*. E, dentre êles, seja-me permitido destacar Nuno de Montemór, com quem sempre me encontrei nas horas difíceis e a quem tanto fico devendo pela sua amizade e dedicação. A seu lado colocarei Gusmão Araújo que desde o princípio nos acompanhou com o auxílio precioso da sua experiência, da sua cultura e do seu espírito sempre activo e creador, Alvaro Maia, o jornalista que não é *jornalista*, e dois padres cuja colaboração particularmente honrou as nossas pá-

ginas: Rev.^{os} Meira de Lima e Durão Alves, da Companhia de Jesus.

Dos novos, tivemos o prazer extraordinário de vêr connôsko César de Oliveira, nome já consagrado que reivindicamos para a última geração; Manuel Múrias, o brilhante director da *Nação Portuguesa*; Neves da Costa, uma das mais nobres figuras do nosso grupo; José Luís da Silva Dias, que já na *Monarquia* nos revelava a sua fina observação e a sua ponderada inteligência; Pedro Theotónio Pereira, tão sereno, tão justo e tão original; Ribeiro da Silva, leal como uma espada e tempera de herói; Gonçalves Rodrigues, em quem se adivinha o futuro mestre; Leão Ascensão, sóbrio, meditativo, de forte vida interior; José Manuel da Costa, estudioso e observador; Baptista Alvares, mutilado na grande guerra — e está dito tudo...; Rodrigues Cavaleiro, homem de gabinete e ao mesmo tempo político activo; Abrantes Tavares, combativo e audaz...

Propositadamente deixei para o fim Albano Pereira Dias de Magalhães que foi meu camarada na direcção. Formado há pouco, entrado já na vida prática, Albano de Magalhães foi neste ano o colaborador indispensável na obra que juntos empreendêmos. Lá de longe vinha sempre a tempo o seu conselho e o seu auxilio. Deve-lhe muito a *Ordem Nova* e muito lhe devo eu pessoalmente, pela sua sensatez, pelo seu trabalho, pela sua amizade: um abraço, Albano de Magalhães!

E, antes de fechar, vá um pensamento amigo para José Fernandes Júnior, secretário e editor, e um agradecimento devido aos que auxiliaram a revista assinando-a e lendo-a. A todos, muito obrigado.

Quando um dia se fizer a história do movimento in-

tegralista a *Ordem Nova* terá nela um lugar que não nos compete agora dizer qual seja. Só notamos que procurámos sempre nestas páginas prégar integralismo *lusitano*, segundo as lições dos últimos anos da vida de António Sardinha. Católicos, por arreigada fé e não em homenagem ao interêsse nacional, fizémos à doutrina integralista as correcções que essa atitude nos impunha, não incorrendo nunca, segundo crêmos, nos êrros que a Igreja agora condenou e muito bem.

Cheios de fé, transferimos apenas para outro reducto a nossa actividade combatente. E êste, se fica desocupado por agora, está pronto a receber-nos de novo se fôr necessário occupá-lo outra vez.

Até lá nos despedimos dos nossos leitores.

Marcello Caetano.

Não é por um singelo acaso que o nome de Pilatos aparece no *Credo*. Se o *Simbolo da Fé* se refere a êle é porque a necessidade do *poder legitimo* entra na própria doutrina da Igreja. Depositária como é das promessas da Eternidade, bem sabemos que, para viver, a Igreja não precisa do amparo de nenhum poder dêste mundo. Mas não lhe é indiferente que haja uma autoridade que a reconheça e imponha nas coisas do século, como Pilatos no letreiro da Cruz reconheceu e impôs a realleza humana de Cristo.

(Inédito)

António Sardinha.

Repisando uma ideia

Sugeri daqui a necessidade de se criar em Portugal uma corporação de artistas católicos que fôsse uma grande escola renovadora da nossa decadente Arte Cristã e um grande sindicato onde o amor da colectividade fôsse a comunhão da Grei, neste século de individualismo feroz e materialista.

Lembrei para o efeito a ressurreição das corporações francesas de Paris que marcaram indiscutivelmente no meio daquela feira de Artes Decorativas de 1925 ⁽¹⁾.

E porque a ideia foi generosamente acolhida pela sua dupla finalidade, volto ao assunto, seroando um nada.

Antes, porém, relevem-me os meus Amigos a impertinência duma pequena digressão que talvez lhes dê razões do meu insistir.

A devoção pelas nossas velharias artisticas levou-me de jornada, no passado Agosto, até às areias fúlveas e águas de cobalto de Vila do Conde.

Estrada fóra, ia seguindo o correr ritmado da arcaria granítica do aqueduto que das Terras do Barroso levava ao convento de Santa Clara a veia pura das suas fontes claustrais, hoje sêcas e mudas.

Doía-me vêr abatidos aqui e acolá um par de arcos dêsse ve-

⁽¹⁾ Cf. *Ordem Nova*, n.ºs 4-5, pag. 121-130.

tusto aqueduto e lamentava o abandono ingrato a que fôra votado com o seu lindo convento, onde a piedade e a magnificência dos nossos Reis e Principes, e o génio dos nossos artistas se irmanaram para erguer a Deus um hino de Beleza naquele cantinho privilegiado do Minho marítimo.

Tudo ali concorre a elevar uma alma.

A paisagem rica de contrastes; e de qualquer das janelas do convento, rasgadas e senhoriais ao estilo D. João V, donde se contemple, sucedem-se os quadros encantadores, iluminados pela luz de sonho e poesia do nosso céu.

Naquela tarde da jornada o sol declinava ensanguentando o mar. A luz branda, feita poalha de oiro velho, adoçava a linha quebrada do casario desigual embebendo-se o verde esmeralda das árvores dispersas, como um motivo heráldico, no imenso campo de oiro das ondulações do terreno. Para além do Ave, rôxo de saúdades pelo velho estaleiro, a flecha da torre manuelina de Azurara, piramidal, esbelta, perdera a neve dos azulejos e lembrava uma chama viva erguida ao céu num anelo de Infinito.

A igreja é a alma da aldeia... E enquanto as sombras invadiam misteriosamente a solitária crosta, avultando-lhe as ruínas, eu ia evocando o passado de ideal e santidade por que ali tantas almas boas, deixando talvez os seus palácios, se sepultaram vivas, prisioneiras voluntárias do amor de Cristo. Tebaida de santas, ao abandono, erma!...

Não faltará quem proteste, porque o antigo convento está bem aplicado.

Adaptado, feliz ou infelizmente, aos desgraçados duma sociedade doente, enquanto êle não cair completamente desfeito em escombros para vergonha nossa e vexame do Passado.

Os andaimes da igreja provam-nos que se trabalhou na sua restauração, mas os operarios fizeram parede e entretanto o côro da igreja continúa à chuva a apodrecer, o órgão desfaz-se em pó

de caruncho, enferruja-se a rexa dourada da clausura e a riqueza arqueológica e artística daquêlê autêntico monumento para ali está à incúria.

E como êste, quantos outros por esse Portugal fóra!

Feitos da civilização liberal portuguesa que há um século continúa entre nós a evolução iconoclasta da Reforma e da Revolução Francesa, nas ideias e nos factos. A arte religiosa não lhe pareceu provar a cultura e o progresso da Nação, nem a expansão espiritual da Raça Lusíada levada ao Brasil, à Índia, ao Japão pelas almas heróicas que partiram dos conventos a completar a obra dos nossos Descobridores e Capitães, e daqui o bota-abaixo delirante e estúpido de quanto cheirasse a sacristia.

Foi uma aberração de bom senso, uma mania supersticiosa do estrangeirismo desnacionalizador, o maçonismo em marcha.

Sequestraram-se as abadias, os conventos e as catedrais, e, depois do saque, deixou-se às silvas, à palha para as bestas (1), à ruína o resto do despojo que não acabou em cinzas, que não se vendeu em hasta pública ou se não modernizou em quarteis, em prisões e em casas de correcção.

Mas, castigo flagrante! — à medida que os cenóbios desapareceram material e moralmente, cresceram os cárceres em proporção assustadora e a nossa Terra atravessa a crise moral pavorosa que nos faria arrepear do seu futuro se Portugal não estivesse já a reconstruir-se na juventude de hoje, cõscia da sua missão histórica.

Voltemos aos conventos.

Não ignoramos que a Arqueologia Nacional tratou e trata ainda de salvar da derrocada muitas das glórias artísticas monacais e diocesanas.

Ainda muito recentemente se destinou uma verba do Estado à

(1) E' lembrar Santa Clara de Coimbra.

conservação e restauração das matrizes de Azurara, Vila do Conde, Viana do Castelo, Caminha, por exemplo, que nos exigem um carinho enamorado de quem estremece aquelas obras graciosas que qualquer país se orgulharia de possuir, fazendo-as correr o mundo em variadas edições fotográficas. Bem fez o Governo, mas isso de nada vale, se se não provê doutro modo mais lógico à conservação daquelas e outras joias architectónicas.

Que o Estado ajude, é uma obrigação que Portugal lhe exige sendo função sua servir o bem comum na protecção dedicada aos organismos vitais da Nação, ou coordenando esforços singulares que hão mister apoio para a sua plena expansão. E esse apoio é tanto mais imperioso quanto a onda de individualismo liberalista veio estancar iniciativas e amesquinhar aquela antiga liberalidade portuguesa que fundou mosteiros e colégios e dotou misericórdias.

Somos pelo regresso integral às virtudes da Raça e, habituados a vêr como por outros países se resolvem praticamente problemas que exigem dedicação desvelada e muitos sacrificios, não tememos alvitrar uma solução que as ruínas de tantos monumentos de há muito exigem. Realizá-la é uma questão de bom senso, e poupar-se-hia a Portugal o vexame de se mostrarem aos estrangeiros os escombros amontoados pela nevrose política e pelo desvario selvagem da ignorância assalariada e corrompida pelo sectarismo demolidor.

O Estado, então, não veria malbaratadas as suas dádivas e dinheiros, desviados e consumidos pelo compadrio político, e te-los-hia administrado conscienciosamente.

Como escrevemos para a Gente do Resgate, a ela dedicamos esse plano, entre outros, que nos inspirou a visita ao convento de Santa Clara de Vila do Conde.

Restituam-se aos seus antigos senhores às abadias aban-

donadas e os conventos em ruínas e depressa os teremos restaurados para glória da nossa Tradição Artística.

Não é só uma exigência da alma católica é também a gratidão de Portugal que reivindica aquele acto de justiça.

Portugal bem sabe que deve aos conventos metade da sua existência e que a sua obra imortal de colonizador mais é do escapulário do monge que da espada dos seus soldados.

Querer esquecê-lo é uma ingratidão. Negá-lo é simplesmente ridículo ante a afirmação categórica desses padrões imorredoiros, — os conventos, — que no Brasil, na Índia, em África, nos vingam perante a intelectualidade do orbe, que neste século de revisões históricas, bem contra todos os preconceitos de religião e política, teve que reconhecer a nossa grande acção civilizadora.

Fale por nós o Brasil que neste ponto nos dá um exemplo admirável de desassombro confessando-se eternamente obrigado aos Franciscanos e Jesuitas portugueses sem os quais talvez ainda hoje fosse selvagem. A afirmação é do Dr. Rodrigo Costa que a morte invejosa roubou à glória do seu país ainda na pujança da vida.

Cinjamó-nos, porém, à Arte, a prova mais sintética da cultura e civilização dum povo ou duma colectividade.

A arquitectura das velhas eias românicas até nós veio ensinada pelas grandes abadias. E' lembrar a falange de artistas de Monges bentos, Cluny... ⁽¹⁾

A arquitectura, a pintura, os mosaicos e a escultura de Cluny atingiram tal apogeu que S. Bernardo de Claraval se scandalizou daquelle luxo espectacular, chamando-lhe arte do diabo ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Fortunato de Almeida. *História da Igreja em Portugal; História de Portugal.*

⁽²⁾ Cf. C. Enlart. *Manuel d'Archéologie Française*, t. I. *L'Archéologie religieuse*. Paris, 1902.

Viollet-Le-Duc. *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture française*. Paris, 1867, t. I.

Com esse prodigioso abade Suger foi consagrado oficialmente em 1144, na basilica real de S. Dinis, o *opus francigenum* que os arqueólogos baptizaram depois com o nome de estilo gótico.

Veem após os Cistercienses que suplantando os Beneditinos lhes continuam a tradição estética espalhando e desenvolvendo a nova arquitectura gótica da Borgonha pelas três quartas partes da Europa, sujeitando-se na sua arte às normas severas que lhes impusera S. Bernardo (1).

Seguiram-lhes as pisadas Franciscanos e Dominicanos. Assis foi berço duma nova escola que se afirmou com Giotto, e S. Domingos de Fiesole dá-nos em Fra Angélico uma síntese admirável do poder da fé que inspirou o pincel virginal do bem-aventurado dominicano.

Quando os Monges, dando educação ao povo nas suas escolas, perderam o monopólio do Belo Cristão, são ainda seus discipulos os artistas que fundam escolas e corporações que de Ile de France levaram a toda a parte o prodigioso *opus francigenum* (2).

Tocámos ao de leve na influência artística dos mosteiros e conventos da Idade-Média, omitindo a que nos legaram na Renascença, lembrando tão só de passagem a influência inegável da Arte Religiosa nas construções civis e militares (3), porque não é possível sintetizar numas linhas de serão o muito que lhe devemos.

Do nosso tempo muito se podia contar também.

Permita-se-me, contudo, uma ou outra referência.

(1) R. de Lasteyrie. *L'Archéologie Religieuse en France à l'Epoque gothique*, t. I. Paris, 1926.

André Michel. *Histoire de l'Art*. t. II, Formation, expansion et évolution de l'Art Gothique.

(2) Cfr. C. Enlart, op. cit.

Viollet-Le-Duc, op. cit. t. I.

(3) Cfr. René Schneider. *L'Art Français*.

Moyen-Age — Renaissance.

Paris, 1923.

A abadia beneditina de Beuron, na Alemanha, tornou-se após a sua restauração um centro tão notável de cultura e arte que constituiu desde o passado século uma genuína escola de pintura e arte decorativa, hierática e litúrgica, sendo um verdadeiro oásis no meio das desvairadas concepções estéticas que vertiginosamente se têm sucedido neste século de indisciplina. Ainda que o influxo da escola beuronense não tenha sido grande àquém do Reno, é certo que não poucos dos seus cânones estéticos influíram na arte decorativa e monumental profana da Alemanha ⁽¹⁾.

Das filiais de Beuron, Maredsous, na Bélgica, segue a tradição da casa-mãe, mantendo bem acesa a chama da Beleza nas suas oficinas de Artes e Ofícios, cujos trabalhos se puderam admirar na exposição litúrgica de Malinas de 1924 e no diminuto oratório do pavilhão belga da exposição de Artes Modernas de Paris, o ano passado.

Não falemos já nos *ouvroirs* de indumentária religiosa dirigidos técnica e espiritualmente por religiosas e religiosos.

A Arte Cristã, hoje como outrora, preocupa as nações cultas, sendo os edificios do culto objecto de iniciativas estéticas mais originais.

A catedral de Haarlem, na Holanda; a de Vich, na Catalunha; o templo da Sagrada Família, de Barcelona; e tantos outros da França dos nossos dias, são argumento incontestável da vitalidade da Beleza Católica.

E é esta vitalidade que admiramos no passado das nossas catedrais, em Alcobaça, na Batalha, em Belem, em Mafra.

Mas, apagada a vil tristeza, em Portugal, exceptuada uma minoria, vive-se de preconceitos que a par da grande ignorância têm

⁽¹⁾ Cfr. Abel Fabre. *Pages d'Art Chrétien*, e Josef Kreitmaier, S. J. Beuron Kunst-Eine, susdrucks form der christlichen Mystik. Herder, 2.^a edição, 1914.

fomentado o sectarismo político e iconoclasta, impedindo-se assim a reconstrução dum organismo vital da Nação como são as abadias e os conventos.

Noutro país como nos Estados Unidos, que por não ter tradições se deitou a copiar velharias europeias, ou a levá-las dos nossos museus, há muito que o nosso mal estaria remediado e conventos como o de Santa Clara, de Vila do Conde, estariam hoje restaurados e entregues aos religiosos sem temor do obscurantismo mediévico.

A civilização daquelas terras de liberdade não teme os Monges, as Freiras e os Jesuitas.

Êstes, além de inúmeros colégios de estudos secundários e superiores, mantem nada menos do que onze universidades, dando-se nelas cursos completos de Arqueologia e Arte ⁽¹⁾.

Estamos talvez longe ainda de vêr realizado entre nós este nosso sonho.

Mas enquanto se não organizem os mosteiros que nos auxiliem generosamente, até com as suas escolas de Artes e Ofícios aonde se eduquem e cultivem tantos talentos perdidos pelas nossas aldeias, urge criar em Portugal uma grande corporação de artistas católicos.

Primeiramente porque a Arte Cristã portuguesa exige uma restauração e inovação nas suas igrejas e mosteiros, e a sua conservação requiere um agrupamento constante, educado técnica e religiosamente que vele zelosa e criteriosamente aqueles padrões da nossa Arte.

Educação técnica e profissional, — dada com todas as exigên-

⁽¹⁾ Sobre o espirito artistico dos jesuitas leia-se Francisco Rodrigues. *Formação intelectual do Jesuita*, Porto, 1917.

cias do nosso século, — não pode have-la sem uma escola que proporcione dos pais aos filhos, dos mestres aos discipulos uma tradição constante e um auxilio mútuo.

Os nossos artistas rurais, rotineiros e copistas, vivem sem formação profissional, sem conhecimentos práticos dos nossos velhos estilos, e ignoram totalmente os processos modernos de economizar tempo com o seu máximo rendimento. Os processos e os instrumentos das suas variadas profissões são às vezes rudimentares e é maravilha que os prodígios lhes saíam das mãos.

Desconhecem a técnica dos frescos, dos mosaicos que muito boa falta nos fazem nos vãos das nossas igrejas e até das nossas casas carregadas de estuques barocos, imitações de mármore e madeiras, forrados de papel, — outra rele imitação das tapeçarias, — ou invadidos de crómos e Vias-crucis importados de França, Alemanha e Itália. Ainda se ao menos se lembrassem dos panos de azulejos, tão portugueses e tão belos! Voltar-se-hia à arte do ferro forjado, restaurando-se a encantadora tradição das rejas, dos ferrolhos cinzelados, lampadários, candis, etc., etc., usando-se contudo, de todos os processos modernos com que a sciência e a industria favorecem a Arte dos metais.

E de tantos santeiros que por aí andam moldando o gesso e o barro que plêiade de escultores se não podia criar!...

Essa escola técnica e profissional ministraria aos seus alunos as novas tendências estéticas, fornecendo-lhes modelos de trabalho, tornando conhecido o novo material de construção e forma e, sem lhes coarctar a liberdade de criar coisas novas disciplinaria todas as energias sob os cânones corporativos. Com a unidade de acção e pensamento mantinha-se uma escola nacional de architectura, pintura, escultura e artes auxiliares.

À falta dessa disciplina e educação estética teem-se seguido todos os caprichos fantasmagóricos e extravagâncias impressionis-

tas, cubísticas e futuristas. Não é que sejamos pelas manias imitativas que são afinal uma pobreza.

As escolas do passado, são normas directivas apenas na formação do gosto.

A essas aulas técnicas e profissionais da corporação devem-se juntar as conferências religiosas nas quais o dogma, a exegese dos Evangelhos e a liturgia fornecessem aos artistas o alimento espiritual que vivificara as obras da Idade-Média, unindo a Arte e a Fé que desde a Renascença se divorciaram (1).

Não escassearam desde então os motivos religiosos nas múltiplas telas, na escultura daqueles artistas, mas a Arte obedeceu geralmente a tendências nada cristãs e o espírito que a eivou não foi nada religioso.

Rubens, por exemplo, que ouvia missa todos os dias, ia haurir as maxims da sua vida não aos Evangelhos e aos Padres da Igreja, mas em Juvenal e assim o seu pincel se sente animado de sensualidade pagã (2).

Se corressemos as vidas doutros artistas daquela época talvez nos não edificássemos das fontes de inspiração das suas obras.

Não basta, por isso, a frequência, o convívio das academias para formar um artista cristão, no sentido rigoroso da palavra.

A necessidade duma educação religiosa e litúrgica impõe-se-lhe como a aprendizagem técnica.

Ninguém nega humanismo aos mestres da Renascença, mas é certo que a crítica desapaixorada dos nossos dias se extasia de preferência ante a Fé e o espírito dos Primitivos, de Giotto, de Fra Angélico pelos sentimentos profundos e chama de ideal cristão que em nós despertam.

(1) Revue Apologétique. Paris, 15 de Out. de 1926.

(2) Cfr. Revue Apologétique. N.º cit.

Da formação religiosa seguir-se-hia psicologicamente a formação da consciência profissional e a dedicação escrupulosa à colectividade, virtudes que a sêde do lucro secou e a onda do individualismo revolucionário afogou. O que Péguy lamenta da França, podemos-lo também sentir de nós (1).

Se juntarmos a todas as razões de ordem estética e religiosa a não menor de darmos que fazer a tantos braços caídos e a tantos lares necessitados que põem na emigração o remédio falaz dos seus males, creio bem que temos provada a necessidade imperiosa de se criar em Portugal uma corporação ao menos, como *L'Arche* ou *Ateliers d'Art Sacré*, de Paris.

E' forçoso abreviar estas notas que já vão além das páginas que a gentileza dos meus Amigos me concedeu para seroar. Mas permita-se-me a revelação de uns factos cuja significação animará a mais de um artista a empreender a tarefa magna por que nos empenhamos. Como os músicos não devem faltar na sonhada corporação, êste caso é com êles.

Estando na Bélgica lembrei-me um dia de pedir de Lisboa algumas partituras de música sacra portuguesa dos séculos XVI e XVII para torná-las conhecidas de uns reverendíssimos colégas que ignoravam a nossa antiga escola musical.

Com espanto meu, recebi de uma casa acreditada da capital a certeza que não havia nada editado daquele passado glorioso e pouco do presente.

(1) Ch. Péguy. *L'Argent*.

«Nous avons connu ce soin poussé jusqu'à la perfection, égal dans l'ensemble égal dans le plus infime détail. Nous avons connu cette piété de l'ouvrage bien faite poussée, maintenue jusqu'à ses plus extrêmes exigences. J'ai vu toute mon enfance rempailler des chaises exactement et du même esprit, du même cœur et de la même main que ce même peuple avait taillé ses cathédrales...

Em compensação mandava-me um catálogo de *fox-trots*, *one steeps*, valsinhas e fadinhos *sensacionais* porque a frivolidade e o mau gosto se encarregavam de esgotar aquelas novidades exóticas e doentias.

E lembrar-se a gente que os côros das nossas catedrais, seminários e colégios se veem obrigados a recorrer à Itália, à Alemanha, à França, conhecendo-lhes os mestres antigos e modernos e ignorando tristemente as obras dos nossos!

Queixamo-nos depois da ignorância que vai lá por fóra a nosso respeito!

A culpa é só nossa em grande parte, porque nem sequer fazemos valer o muito que tivemos. O outro facto é com todos nós. Queria umas lembranças para uma festa íntima, umas imagens artísticas que fossem reproduções dos quadros, esculturas dos nossos artistas cristãos.

Também as não achei.

Em troca ofereciam-me muitas imagens importadas de Roma, Munich, Paris; tricromias, sépias, carvões reproduzindo frescos de Fra Angélico, de Giotto, telas de Rafael, Vinci, Murillo, e uma série de iluminuras da industria moderna francesa. E tudo aquilo anda aos milhares pelos devocionários portugueses...

Tão pouco é o nosso patriotismo em conhecer sequer e vulgarizar nas Colónias e Brasil as obras de Frei Carlos, de Nuno Gonçalves, Grão Vasco, Cristovão de Figueiredo e tantos outros.

A saúde do que fomos deve bastar para que se funde a corporação católica dos mestres architectos, cantores, canteiros, pintores, paramenteiros, ourives, escultores, marceneiros, etc., etc.

Exige-no-la Portugal que espera a restauração das suas catedrais, abadias e conventos.

Devêmo-la à história da nossa Arte que ha muito nos pede que se conheça sequer ao menos dos Portugueses. Ressuscitem-se do pó dos cartorios e livrarias as partituras dos nossos mestres-cape-

la, as iluminuras dos livros de Horas das nossas Rainhas e Princesas.

Vingue-se a escola de pintura nacional, a nossa rica ourivesaria que deu aos museus da Europa tantas filigranas de custódias e cálices manuelinos e restitua-se às sacristias dos nossos sequestrados templos o bordado sentido e piedoso das suas casulas e alvas. E' tarefa rude e empresa de genios, mas bem digna de quem herdou dos seus Avós a glória de povo civilizador.

Artistas da geração do Resgate, pesa sobre vós a responsabilidade do porvir artístico de Portugal.

A chama da Beleza, que nunca se extinguiu na nossa Terra, illumine os Mestres da futura corporação católica, inspirando-lhes a Arte o risco genial de novas catedrais que o cinzel dos nossos canteiros ha de rendilhar amorosamente, tratando com a mesma piedade estética um adorno de um ferrôlho, as jinhas dum palácio e duma área, as filigranas dum relicário e os relêvos dum díptico de marfim.

Novembro de 1926.

Afonso Domingues.

Aborrecido com a «fraternidade» revolucionária, tanto em voga no seu tempo, costumava dizer o senhor de Metternich que, se tivesse um irmão, lhe chamaria primo. Mas o que nunca se lembrou de dizer era o que chamaria a um primo se elle lhe saísse *irmão*.

(Inédito).

António Sardinha.

A morte do cacique

III

Os homens-bons, os juizes do povo, os procuradores dos concelhos que nos bons tempos do Portugal português iam a Côrtes zelar os legítimos interesses dos municípios ou justificar seus privilégios, morreram às marretadas de Mousinho da Silveira; morreram isolados do mundo, à lareira antiga, sorvendo rapé e rabujando dos pedreiros-livres; morreram arcabuzados pelos quadrilheiros liberais, pelos ladrões políticos dos Marçães e quejandos nos cariados solares onde aferrolhavam dobrões e guardavam a sua fé legitimista.

Em seu lugar, o Constitucionalismo creou o cacique. No princípio, o cacique foi guerrilheiro e ladrão. Enriqueceu. Vinculou-se à terra e, de aventureiro que foi, a normalidade constitucionalista veio encontra-lo farto e bem ligado por parentesco às melhores famílias da nova e até da antiga nobreza. Êle fez-se então chefe concelhio de partido, influente e de valimento, muitas vezes culto, perdulário para com a colectividade, amigo para os correligionários, desinteressado e franco.

A Republica asselvajando o deboche eleitoral do Cartismo, não teve de comêço necessidade do Cacique. Mas, regime impôsto pelo terrôr e mantido pelo próprio mêdo, aproveitou da engrenagem eleitoral, com a instituição caciquista, o cabo de vai-vem do voto e do favôr. No principio o influente republicano foi carbonário. A Republica fez dêle o que adiante se verá. O novo cacique, pequeno graduado maçónico, semeou o pânico, arregimentou sicários

nas missas negras da Maçonaria e da Carbonária, assaltou conventos, espalhou o medo e por vezes o luto.

Fez-se respeitar pelo medo que infundia o mistério tenebroso das iniciações, pelas prisões que fez de conspiradores monárquicos, pelas igrejas que fechou, pelos antigos caciques que perseguiu, pela violência, pelo vexame ou pelo crime.

Às antigas, acrescentou novas manhas. Mas não soube puxar pelos cordões duma bolsa que só se alargava para melhor se encher. Obras de público proveito a expensas próprias, são coisa que o cacique jacobino não quiere, não sabe ou não pode fazer.

Raros exemplos de subsidios para reparação de pequenas estradas ou auxilio de Misericordias que a Maçonaria tomou de assalto e espoliou, arrancados por sua influência em vespas aper-tadas de eleições, são outros tantos casos escuros, suspeitos, confusos, onde a má lingua provinciana deixa babas sujas de escan-dalo.

O novo cacique, à imagem e semelhança do regime, guerreou primeiro, saqueou depois, quando a confusão revolucionária ou as montarias aos reaccionários lhe não davam aso a guerrear, chaci-nar e saquear simultaneamente.

Enquanto teve medo da própria sombra escabreu, perseguiu, delapidou. Depois, arredado o perigo, era preciso consolidar na abastança os interesses, as influências criadas e já legítimas.

Então o cacique, videirinho e meliante, soube tirar partido do seu partido; soube arrancar e tirar vantagens em todos os negó-cios, em todos os escandalos, em todos os largos ensejos de ra-zia e de réga-bofe, da sua privilegiada situação de cacique e defen-sor da Republica.

Teve o prestigio do medo; mas o medo esvaiu-se com o tem-po; o prestigio desapareceu, esmoreceu, dissipou-se com a perse-guição organizada nas hordas dos cafres defensores. Enriqueceu e fez-se conservador. Ainda o veremos beato, que êle já se confessa

religioso, duma religião muito sua, feita do medo que já não inspira, mas odiando ainda a *padralhada*...

O enxurro dourado da corrupção democrática, enlameando e engordando, não soube crear e enraizar o venerando Caciquismo dos bons tempos da Carta, tolerante e conselheiral.

O povo, que não é tolo — mesmo quando mais cego e parvo nos parece — sacudido o pesadelo da inquisição jacobina, fez nos bonzos anafádos mas sovinas do caciquismo eleitoral o mesmo que os cães fazem nos frades de pedra e cunhaes das paredes, alçando a perna...

O influente prestigioso, ricaço, culto ou de letras gordas, do Constitucionalismo; o cacique rancoroso, valdevinos e arranjista da Democracia — acabaram no comodismo ou hibernam numa catalepsia visinha da morte, se é que não debicam já a casca do ovo em algum chôco revolucionário.

IV

Entretanto, os Syllas e os Mários dos últimos pronunciamentos e golpes militares põem umas tristes, umas desoladoras reticencias na suja história do nosso parlamentarismo, nessa última página duma história obscena que está pedindo o rubro ponto final na exclamação triunfante duma espada em sangue.

Já não há caciques! Já não há caciques! Fechado o câno de esgoto do ruidoso vomitório parlamentar, quebrada a escada de caracol do voto e do favor, o caciquismo definhou, anulou-se, morreu. Chora-e-o, reza-e-lhe pela alma, ó vós que da Urna arrancastes honras e proveitos, empregos rendosos ou mandatos de deputados!

O que sois, o que fostes, a êle, ao cacique que aí jaz, o deveis. O desaparecimento dêste venerando sustentaculo da «ordem» cons-

titucional, que Mestre Gil, se vivo fosse, ageitaria na titeragem grotesca de boa parte das suas farças — deixou os votantes na orfandade e os reclamantes em confusão. Sem pastor nem dono, sem uma organização sólida, harmoniosa e equilibrada onde os seus interesses sejam atendidos e os seus clamores escutados — os povos entrouxam duas mudas de roupa branca e abalam em comissão para Lisboa, até aos ministérios, até áquela Arcada que é ainda a fonte dos favores e a frágua do fomento, onde se talham estradas e pespontam linhas ferreas.

E que fazem os homens a quem o Exército português em successivas e misteriosas selecções, confiou os destinos da Nação?

Êles dispensaram o Cacique, é certo. Mas continuam como que amarrados e enleados na rêde de formulas e de preconceitos que o geraram. O pudôr constitucional e um medroso arbitrio administrativo, anulam certas veleidades reformadoras que mal afloram, logo se retraem. Nenhuma instituição ainda foi creada que possa substituir com vantagem o Cacique e o seu sistema eleitoral. Pelo contrário.

Olvidadas, pelo coaxar das rãs democraticas que viam em perigo o charco da Republica, postas de parte as directrizes nacionalistas e corporativas que nos alvôres do triunfo militarista consentiram ao País uma aspiração forte, funda e rejuvenescedora de alívio e de esperança — rumoreja-se por vezes um regresso mais ou menos próximo à normalidade constitucional, à liberdade do escandalo progressivo, às eleições, ao regime da urna, da falcatrúa, do suborno e do cacique.

Mais de seis mezes que a nova situação tem já de vida, e não se sabe ainda ao certo, em que lei, em que regime vivemos, que princípios, que filosofia política nos governam ou presidem à obra dispersiva, fragmentária e, portanto, inutil dêstes homens de boa-vontade... e nada mais.

Não se tendo produzido nem notado até agora quaisquer gra-

ves e radicais alterações na desorganização social, administrativa e económica do sistema demo-liberalista, se ha os mesmos administradores e comissões concelhias de confiança política, a mesma livre-concorrência e a mesma repressão no trabalho e no comércio, o mesmo predomínio plutocrático e o mesmo relaxado abandono do proletariado urbanizado às sevícias anarquistas da C. G. T. e outros instrumentos de guerra social que o estrangeiro fomenta — há o direito, não já de descrer em absoluto duma futura obra reformadora do actual govêrno saído duma série de decisões militares, mas de duvidar da eficácia dos seus morosos, incompreensíveis e inconsistentes processos de reforma.

Pode alguma coisa ter mudado em Portugal. Aparentemente, só a inutilidade e a morte dum Cacique decrepito e o eclipse da política partidária no-lo confirmam.

Vendo, porém, a Nação e o Estado no seu conjunto, na sua vida, nas suas queixas, nas suas obras e no funcionamento do seu complicado aparelho administrativo, fiscal e burocrático, somos forçados a concluir — ajuizando muito pelo que vemos e mais ainda pelo que ouvimos aos homens do govêrno e à sua imprensa — que a situação actual não pode, não quer ou não sabe, por medo, por comodismo ou por insuficiência ou por ignorância doutrinária, romper o fuliginoso sendal de teias de aranha que a envolve e lhe encobre a vista das realidades e do futuro, lhe tolhe os movimentos saudáveis e abafe o rumor de cada vez mais forte e mais nitido de uma nova alma nacional.

Apesar de tudo, vivemos em perfeita normalidade constitucional, provisoriamente sem parlamento.

Também assim foi o govêrno provisório...

Já não ha Caciques, é certo. Mas, se os novos governantes alguma vez pensaram em abolir definitivamente o parlamentarismo e o sufrágio político, e acabar com o degradante sofisma das eleições e com as alcateias devoristas dos partidos — para quando

a reforma radical, instante e indispensavel que dê base sólida e racional e humana a uma grande organização nacional que fique, que sirva e que perdure?

Para quando a organização corporativa das Artes e dos Offícios? Quando se legisla a valer sôbre o enquadramento oficial, orgânico e jurídico de todas as actividades da Inteligência e do Trabalho? Quando se faz a grande Revolução que destrúa o barbarismo individualista e modéle uma nova vida social sôbre o Gremialismo e o Municipalismo que a salvação geral impõe e a Nação deseja?

Mas se o acanhado objectivo desta ditadura parrana consiste apenas num arejamento de honestidade às pocilgas governamentais que os partidos deixaram numa estrumeira de escândalos, se as eleições virão em breve, e o parlamento voltará para lembrar à Nação estremunhada a negra vacuidade do seu sonho e a miséria mais negra do seu fado — para quê este alvoroçado e baboso falar de vida nova?

Então para que se levantaram as legiões da «Ordem», e do Minho ao Algarve caíram sôbre a Urbe corrupta, por um doce Maio de rosas e de esperanças?

Foi só para que a Republica pudesse alinhar, sôbre os farraços esburacados e manchados de sangue e de lama, um alvo remendo de moralidade serzida à ponta de espada?...

Para isso — confessêmo-lo — não valia a pena tanto berreiro inútil e tanto esforço vão. Deixassem então medrar o Cacique sôbre cujos fúnebres despojos aqui deixamos a única lágrima de saúde que, neste dia de Fieis Defuntos, cairá sôbre o seu esquife abandonado...

César de Oliveira.

Pensamentos, Palavras & Obras

UM INCIDENTE

A propósito da local publicada no nosso n.º 11 sob o título «Conselheiro Fernando de Sousa», os jornais *Correio de Coimbra* e *Novidades* fizeram alguns comentários descabidos, menos verdadeiros e nada cristãos a que um dos nossos redactores respondeu na *Ideia Nacional*.

Apesar de nessa resposta se reptar as *Novidades* para provarem a afirmação de que a *Ordem Nova* era um baluarte erguido contra a autoridade da Igreja, esse jornal não tocou mais no assunto, legitimando, portanto, a acusação que lhe fizemos e agora repetimos, de mentir sem pudôr, por espírito de intriga e por falta de character.

Sôbre o assunto, Albano de Magalhães escreveu para Lisboa as seguintes cartas:

Meu caro Marcelo :

Vi, pelo que escreveste na *Ideia Nacional*, que o *Correio de Coimbra* lembrou-se agora da *Ordem Nova* para lhe dispensar o seu *carinhoso auxilio*, pois não era outra coisa de esperar dum jornal católico para uma revista monárquica que desde o primeiro

número tem sido sempre em primeiro plano *católica, apostólica e romana*, acompanhado de palavras que deturpam a verdade.

Há muito tempo que não leio o *C. de C.* por não se acomodar com o meu character a attitude de certos colaboradores que *diziam e desdiziam* com a facilidade própria daqueles que sendo «sapateiros querem tocar rabecão».

Lembro-me que esse jornal *disse* à nossa *Ordem Nova* que, se apresenta hoje tal qual o primeiro número, palavras de estímulo. Agora *desdirá!*... Orgulhem-nos nós (queres vêr que nos chamam vaidosos ou fariseus!) como católicos, duma attitude que se mantem sempre a mesma, coerente com a doutrina que defendemos e tenhamos caridade de quem dizendo-se católico não sabe que se péca por *pensamentos, palavras e obras*...

Se elles tiverem autoridade moral que nos lancem a primeira pedra que pode ser que vá de recochete...

Nós como católicos que somos, sabemos a quem devemos obediência e, graças a Deus, os nossos Superiores sabem com quem estão.

Aos jornalistas que se querem meter connôscos achamos-lhes graça, quando não lamentamos que aqueles que algum bem poderiam fazer desperdicem tão mal o tempo de que Deus lhes tomará conta. Mas deixe-mo-los comovidos, como espiritualmente dizes, nessa toada embaladora...

Nem mesino isto escreveria se não m'o exigisse a memória do nosso Mestre António Sardinha que elles não sabem respeitar.

Esclareçamos definitivamente a verdade, em homenagem ao nosso querido morto, que o *Correio de Coimbra* e algumas pessoas a seu belo prazer teem adulterado. Vi pelo teu artigo que elles querem vêr mais uma vez (que grandes olhos!) no «Adiante por sobre os cadaveres» uma adesão ao Centro Católico. Desde já declaro como católico e para não me sujeitar a palavras mal ditas e mal escritas a que teria de responder, que o Centro Católico me

merece igual respeito àquêlê que voto a todas as obras do Episcopado. A única razão porque não pertenço ao Centro Católico é porque êste não me admite, por ser integralista no pleno goso da actividade. Por isso não sou menos católico, porque do catolicismo de cada um, quando êle é verdadeiro, só Deus o sabe avaliar e julgar, embora por êste mundo de misérias eu tenha visto muita gente que se permite também avaliá-lo e julgá-lo...

Vejo-me forçado a dizer todas estas coisas porque estamos numa época em que os pensamentos dos que morreram e dos que vivem são muito mal interpretados. Mostremos *autenticamente* o pensamento de António Sardinha no «Adiante por sôbre os cadáveres».

Em Maio de 1925 estive António Sardinha em Coimbra. Numa conversa que teve com dezenas de Integralistas exortou-nos a uma atitude francamente católica e monárquica. E tanto esta atitude não era meramente intelectual, que foi êle próprio que nomeou a Junta Escolar Integralista de que eu fazia parte. Por não concordarem com António Sardinha, discutiram com êle Gonçalves Dias e Tavares da Mata e, se não me engano, Abranches Martins que podem, juntamente com todos os outros rapazes, testemunhar êste facto, sendo demais a mais G. D. e A. M. colaboradores do *Correio de Coimbra*.

Tempos depois, pensando nós na criação da *Ordem Nova* escrevi a António Sardinha expondo-lhe o character e os fins da revista, respondendo-me êle com uma carta de que transcrevo o aplauso que dá à nossa ideia. «O n.º 1 da 2.ª série da *Nação Portuguesa*, aparece até 15 de Setembro. No artigo de abertura *Adiante por sôbre os cadáveres*, aí tracejo a nossa conduta. Dentro dela cabe o plano da revista. Coisa modesta, simples despregar de azas, campo de exercicio e de estudo para gente que começa. Contem comigo intelectual e moralmente».

A revista era católica e monárquica, tinha todo o auxilio de

António Sardinha que me dizia nesta carta escrita no dia 14 de Agosto 1924, meses antes de morrer, que no artigo *Adiante por sobre os cadáveres*, estava contida a nossa conduta.

E para mostrar bem que esse artigo continha a doutrina que hoje defendemos, direi mais que sendo eu nessa altura Vice-presidente do C. A. D. C. cujo órgão é a revista *Estudos*, onde a que-regime era desprezada, António Sardinha indicava que a nossa conduta católica e monárquica devia ser norteado pelo pensamento que deixava no «Adiante por sobre os cadáveres». Era extraordinário que António Sardinha aplaudisse uma revista de adesão ao Centro Católico ao vice-presidente do C. A. D. C., director, portanto, duma agremiação que tinha como seu órgão *Estudos*; seria dispersar as forças inutilmente e António Sardinha não se perdia em inutilidades nem aconselhava aos outros que se perdessem. Praza a Deus, ao menos, que êstes que o querem para si, lhe seguissem êste exemplo...

Mas ainda há mais! Nós católicos e monárquicos não somos como muitos monárquicos que não sabem sêr católicos.

António Sardinha era daqueles monárquicos que sabiam sêr católicos e, por isso, conhecia bem o melindre desta questão. Dizia nesta carta «*mal me avistei ainda com o snr. Arcebispo de Evora. O assunto é melindroso e carecemos de avançar com cautela...*»

Estava bem acesa a questão do Centro e António Sardinha não nos manda *recuar*, manda-nos «avançar com cautela». Que faria hoje com essa questão inteiramente morta... A *Ordem Nova* tem «avançado» e com tanta «cautela» que se não merece o estímulo do *Correio de Coimbra*, continúa a merecer o estímulo de Alguém que vale muito mais do que o *Correio de Coimbra*.

Esta resposta não foi só para o *Correio de Coimbra*, mas para todos aquêles que não teem pejo de fazer identicas afirmações. Serão homens de má fé, homens sem character se insistirem

em roubar o pensamento daquêlê que nos guia sempre na *Ordem Nova*, sob a sua égide fundada, e conservada sob a sua benção do Céu.

O património de António Sardinha pertence-nos puro como nos foi legado e nós seus herdeiros, católicos e monarquicos, conservá-lo-hemos até que as fôrças nos faltem, religiosamente.

Albano P. Dias de Magalhães.

Resende — Dia de Pascoa — 927

Meu caro Marcelo:

Acabo de lêr a *Idéa Nacional* em que respondes às *Novidades*. Fiquei irritado, como podes calcular, ao vêr que o nosso catolicismo nunca pôsto em dúvida pelas autoridades da Igreja, é pecaminosamente acusado pelo «brilhante diário» que nos insulta.

Por agora lembro apenas aquele artigo que publiquei no n.º 2 da *Ordem Nova*, em que invocava o conselho de Santo Agostinho «Paz aos homens, guerra aos êrros» e que as *Novidades* seguem, trocadas sòmente as paavras: «paz aos êrros, guerra aos homens».

Nêsse artigo dizia eu e repito-o, custe o que custar a esses ornalistas católicos esperando o seu anátema se são capazes.— «Pelos legítimos representantes de Deus trabalharemos sempre dentro da doutrina que ensinam. As scisões e a indisciplina no nosso campo são conhecidos só por aquêles que não sabem o que é autoridade nem obediência e, conseqüentemente, desconhecem as regras da disciplina.

Quando os nossos detractores se esconderem na irresponsabilidade do anonimato ou não nos merecerem o respeito que se deve a homens de bem, ou quando já desesperados na prisão em que satânicamente teimam em se servirem em último recurso da *mentira* e da *insinuação*, para nos ferirem no combate, nós deixá-los-hemos falar, lamentando-os compadecidos.

A insinuação e a intriga sujam a agua quando passa e só nela se deleita quem gostar de beber agua suja».

A sua caridade consiste na deslealdade destas armas e o seu combate em fazer paz com *erros* e com a *mentira*! Louvado seja Deus e a Sua Igreja que persiste imaculada com tais servidores!

E termino para sempre.

Deixá-los lá falar.

Teu amigo certo

Albano Dias de Magalhães.

INSTITUTO DE ANTÓNIO SARDINHA

Não se sabe porquê o snr. Governador Civil de Lisboa encerrou o Instituto de António Sardinha.

Não se sabe porquê S. Ex.^a ainda não aprovou os Estatutos que lhe foram entregues.

Não se sabe porquê, S. Ex.^a mantem a ordem de encerramento, tendo já aberto as Juventudes Monárquicas Conservadoras e outros centros políticos e não tendo fechado nunca a *Seára Nova*.

Que mistério move o sr. Governador Civil?

Que má vontade existe nas esferas governamentais desta Ditadura falida?

Ordem Nova protesta indignadamente contra o encerramento do Instituto de António Sardinha e contra o regime de excepção a que os nacionalistas estão submetidos!

EXPEDIENTE

Condições de assinatura

	6 números	12 números
Continente, Ilhas e Espanha	12\$50	24\$00
Colónias portuguesas	—	36\$00
Estrangeiro	—	40\$00

Número avulso: 2\$50

Para os assinantes da *Nação Portuguesa* e eclesiásticos, no Continente:

6 números: 10\$00

12 números: 20\$00

As assinaturas não pagas directamente à Administração sofrem um aumento de *um escudo* para despesas de correio. As despesas de cobrança das assinaturas das colónias e estrangeiro são de conta dos srs. assinantes.

A todos aqueles para quem enviamos a revista e não a queiram assinar pedimos a fineza de a devolver no mais curto prazo de tempo. Aos que a não devolverem manda esta administração cobrar, em todos os períodos de cobrança, as assinaturas em dívida. Rogamos, porém, a todos os srs. assinantes que tenham as suas assinaturas em atraso o favor de as liquidarem prontamente, a fim de nos evitarem maiores prejuizos.

Toda a correspondência relativa a assuntos de Administração deve ser dirigida para o

Largo do Directório, 8, 3º.

LISBOA

